

ESTUDO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL

**REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE (REVIS) ILHA
DO MEIO
CURUÁ — PARÁ**



AGOSTO / 2026

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARIE

Área de Relevante Interesse Ecológico

CAR

Cadastro Ambiental Rural

CPRM

Serviço Geológico do Brasil

DAP

Departamento de Áreas Protegidas

FUNAI

Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IICA

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MMA

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

PAE

Projeto de Assentamento Agroextrativista

PIB

Produto Interno Bruto

REVIS

Refúgio de Vida Silvestre

SAPOPEMA

Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente

SBio

Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

SEMMA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SIGEF

Sistema de Gestão Fundiária

SNUC

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPU

Secretaria do Patrimônio da União

SUS

Sistema Único de Saúde

UC

Unidade de Conservação

UFOPA

Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

01	02	03
APRESENTAÇÃO	CONTEXTOS MUNICIPAL E INSTITUCIONAL	A ILHA DO MEIO
04	05	06
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, ALVOS DE CONSERVAÇÃO E RELEVÂNCIA PAISAGÍSTICA	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS
07	08	09
SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESSÕES, AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA CONSERVAÇÃO	JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
10	11	12
PROPOSTA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	CAPACIDADE TÉCNICA E INSTITUCIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	CONSIDERAÇÕES FINAIS
13		
REFERÊNCIAS		

1 APRESENTAÇÃO

O presente estudo técnico tem por objetivo subsidiar a análise de viabilidade para a criação de uma unidade de conservação (UC) municipal na Ilha do Meio, localizada no município de Curuá, estado do Pará. A proposta busca fortalecer a conservação dos ecossistemas fluviais associados ao rio Amazonas, assegurando a proteção de ambientes de elevada relevância para a reprodução de quelônios amazônicos, a manutenção de habitats utilizados por aves aquáticas e migratórias e a preservação dos processos ecológicos característicos das planícies de inundação da Amazônia.

O estudo resulta da Chamada para Manifestação de Interesse na Criação e/ou Ampliação de Unidades de Conservação Estaduais e Municipais na Amazônia Legal, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio) e do Departamento de Áreas Protegidas (DAP). Sua elaboração integra o projeto "Criação e Implementação de Áreas Protegidas e Identificação de Áreas Conservadas Baseadas na Abordagem de Paisagens Integradas Sustentáveis na Amazônia", executado em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

A área de estudo compreende aproximadamente 406 hectares e corresponde a uma ilha fluvial situada no leito do rio Amazonas, na divisa entre os municípios de Curuá e Alenquer, cerca de 41 km a jusante da sede municipal de Curuá. O recorte adotado possui caráter analítico e busca avaliar as condições ambientais, ecológicas e socioeconômicas da área, sem antecipar a configuração definitiva da unidade de conservação. Inserida na planície fluvial amazônica, a Ilha do Meio integra um mosaico de praias arenosas, bancos de sedimentos, canais secundários, áreas de várzea, vegetação pioneira e formações florestais sazonalmente inundáveis. Esses ambientes são continuamente remodelados pelo pulso anual de cheias e vazantes do rio Amazonas, processo que controla a dinâmica geomorfológica da ilha, influencia a disponibilidade de habitats e sustenta importantes ciclos ecológicos associados à fauna aquática e terrestre. Essa dinâmica confere elevada produtividade biológica à área e explica a importância para diversas espécies características das várzeas amazônicas.

Entre os atributos ambientais mais relevantes destaca-se a ocorrência de um dos principais sítios reprodutivos de quelônios do Baixo Amazonas. As praias expostas durante a vazante são utilizadas para desova por espécies do gênero *Podocnemis*, especialmente a tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*), o tracajá (*Podocnemis unifilis*) e o pituiú (*Podocnemis sextuberculata*). Além da importância para esses répteis, a ilha constitui área de alimentação, repouso e reprodução para aves aquáticas e migratórias, além de integrar ambientes utilizados por peixes, mamíferos aquáticos e outros componentes da biodiversidade regional.

1 APRESENTAÇÃO (continuação)

A relevância ecológica da Ilha do Meio também é evidenciada pelo histórico de ações de conservação desenvolvidas pelo município de Curuá. Desde meados dos anos 2000, a área recebe iniciativas permanentes de monitoramento e proteção, posteriormente consolidadas por meio do Programa de Preservação das Tartarugas da Amazônia da Ilha do Meio, coordenado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). As atividades incluem fiscalização ambiental, monitoramento das praias de desova, marcação e proteção de ninhos, remanejamento de ovos em situações de risco, acompanhamento da incubação, soltura de filhotes, educação ambiental e mobilização comunitária, com participação de pesquisadores, voluntários e comunidades ribeirinhas.

Nos últimos anos, essas ações passaram a ser complementadas por pesquisas conduzidas pela Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (SAPOPEMA), em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Os estudos vêm produzindo informações sobre ecologia reprodutiva, monitoramento populacional, etnoconservação e percepção das comunidades locais, ampliando o conhecimento científico sobre a área e reforçando a relevância para a conservação da biodiversidade amazônica.

A consolidação de uma unidade de conservação representa, portanto, uma evolução das iniciativas desenvolvidas no território, uma vez que a proposta busca conferir proteção a uma área reconhecida regionalmente pela importância ecológica, fortalecer a gestão ambiental municipal, ampliar as oportunidades para pesquisa científica e educação ambiental e assegurar a compatibilização entre a conservação da biodiversidade e os usos tradicionais associados aos ambientes de várzea.

A caracterização apresentada neste estudo foi elaborada a partir da integração de informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Curuá e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, complementadas por documentos técnicos produzidos no âmbito do Programa de Preservação das Tartarugas da Amazônia da Ilha do Meio, pela Ficha Técnica da proposta de criação da unidade de conservação, por estudos conduzidos pela SAPOPEMA, bases cartográficas oficiais, imagens de satélite, dados do IBGE, MapBiomas e literatura técnico-científica sobre ecossistemas de várzea e conservação de quelônios amazônicos.

A partir desse conjunto de informações, o estudo examina as características ambientais, ecológicas e socioeconômicas da Ilha do Meio, identifica os principais alvos de conservação, avalia as pressões incidentes sobre a área e apresenta subsídios técnicos para a definição da categoria de manejo, dos limites e das estratégias de gestão da unidade de conservação.

2 CONTEXTO MUNICIPAL E INSTITUCIONAL

O município de Curuá localiza-se na porção oeste do estado do Pará, integrando a Região de Integração Baixo Amazonas, conforme a regionalização do Governo do Estado do Pará, e a Região Geográfica Imediata e Intermediária de Santarém, segundo a Divisão Regional do Brasil estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Criado pela Lei Estadual nº 5.934, de 27 de dezembro de 1995, a partir do desmembramento do município de Alenquer, Curuá insere-se na região conhecida como Calha Norte do rio Amazonas, mantendo estreita integração territorial, econômica e social com os municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém.

A organização territorial do município é condicionada pela dinâmica hidrográfica amazônica. O rio Curuá, principal curso d'água municipal, deságua no rio Amazonas e estrutura a distribuição das comunidades ribeirinhas, o transporte regional, a atividade pesqueira e grande parte das relações econômicas e sociais estabelecidas no território. Assim como em outros municípios da Calha Norte, a circulação de pessoas, mercadorias e serviços permanece dependente da navegação fluvial, conferindo aos rios papel central na organização da paisagem e no funcionamento da economia local.

O município, inserido no bioma Amazônia, apresenta paisagens dominadas por rios de grande porte, lagos, canais naturais, áreas de várzea e remanescentes de Floresta Ombrófila Amazônica. Esses ambientes são continuamente influenciados pelo pulso anual de inundação do rio Amazonas, processo considerado um dos principais fatores responsáveis pela elevada produtividade biológica das planícies aluviais amazônicas, pela manutenção dos estoques pesqueiros, pela renovação de nutrientes e pela oferta de serviços ecossistêmicos essenciais às populações ribeirinhas. Essa dinâmica hidrológica também favorece a formação de praias fluviais temporárias, bancos arenosos e áreas sazonalmente inundáveis que desempenham papel fundamental para o ciclo de vida de diversas espécies da fauna amazônica. Durante o período de vazante, esses ambientes tornam-se áreas prioritárias para alimentação, repouso e reprodução de peixes, aves aquáticas e quelônios, adquirindo elevada importância para a conservação da biodiversidade regional.

2 CONTEXTO MUNICIPAL E INSTITUCIONAL (continuação)

Sob a perspectiva da conservação da biodiversidade, o município de Curuá insere-se em uma das regiões ambientalmente mais relevantes da Amazônia brasileira, caracterizada pela elevada cobertura. O município encontra-se inserido no corredor ecológico da Calha Norte paraense, reconhecido por abrigar um dos maiores conjuntos contínuos de florestas preservadas e áreas protegidas do país. Regionalmente, destacam-se a Estação Ecológica do Grão-Pará, a Floresta Estadual de Faro e extensas áreas de vegetação nativa e pela presença de extensas áreas protegidas e terras indígenas que desempenham papel estratégico na contribuem para a manutenção da conectividade ecológica em escala regional. Nesse contexto, a relevância da Ilha do Meio decorre da proteção de um ambiente pouco representado nesse conjunto de áreas protegidas: as praias fluviais e os ecossistemas de várzea associados ao rio Amazonas. A criação da UC amplia a representatividade desses ambientes no sistema de áreas protegidas e contribui para a conservação de habitats para espécies cuja reprodução depende da dinâmica sazonal das praias arenosas e das planícies de inundação.

Nos últimos anos, o município vem fortalecendo a estrutura de gestão ambiental, ampliando a capacidade institucional para implementar políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade. Destaca-se a promulgação da Lei Municipal nº 395/2023, que instituiu o Código Municipal de Meio Ambiente e consolidou instrumentos relacionados ao licenciamento, fiscalização, educação ambiental, proteção dos recursos naturais e criação de unidades de conservação municipais, em consonância com a Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A condução da política ambiental é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que reúne equipe técnica multidisciplinar e desenvolve ações de fiscalização, licenciamento, educação ambiental e monitoramento da biodiversidade. Entre as principais iniciativas destaca-se o Programa de Preservação das Tartarugas da Amazônia da Ilha do Meio, responsável por ações anuais de monitoramento das praias de desova, proteção de ninhos, remanejamento de ovos em áreas de risco, acompanhamento da eclosão, soltura de filhotes e sensibilização das comunidades locais.

A governança ambiental municipal também é fortalecida pela atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente, instrumentos que ampliam a participação social e oferecem mecanismos de apoio à implementação das políticas ambientais. Soma-se a isso a participação do município na política estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico, que cria oportunidades para ampliar investimentos destinados à conservação dos recursos naturais e à gestão de áreas protegidas.

A proposta de criação da UC conta ainda com o apoio de instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil que vêm produzindo conhecimento científico sobre a Ilha do Meio. Destaca-se a atuação da Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (SAPOPEMA), em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), cujos estudos sobre ecologia reprodutiva dos quelônios, etnoconservação e dinâmica das áreas de várzea têm ampliado a base técnica disponível para subsidiar a gestão da área.

Nesse cenário, a criação do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Ilha do Meio consolida o processo em curso de fortalecimento da gestão ambiental de Curuá, institucionaliza ações de conservação desenvolvidas ao longo dos últimos anos e amplia a proteção de um dos principais sítios reprodutivos de quelônios do Baixo Amazonas, contribuindo para a manutenção dos processos ecológicos que sustentam a biodiversidade e os modos de vida associados aos ambientes fluviais amazônicos.

3 A ILHA DO MEIO

A Ilha do Meio ocupa posição singular na paisagem fluvial do Baixo Amazonas em razão da importância ecológica, da dinâmica natural que molda continuamente os ambientes e do papel que desempenha na conservação da fauna amazônica. Situada no leito do rio Amazonas, entre os municípios de Curuá e Alenquer, a ilha integra um conjunto de praias fluviais, bancos arenosos, canais secundários e áreas de várzea cuja configuração é permanentemente remodelada pelos processos de erosão, transporte e deposição de sedimentos associados ao pulso anual de cheias e vazantes do rio Amazonas. Essa dinâmica hidrossedimentológica cria ambientes temporários que sustentam importantes processos ecológicos relacionados à reprodução, alimentação e deslocamento de diversas espécies da fauna amazônica.

Entre esses ambientes, destacam-se as praias arenosas que emergem durante o período de vazante, formando extensos tabuleiros naturais utilizados por quelônios amazônicos para desova. A disponibilidade dessas áreas varia anualmente em função da intensidade das cheias, do transporte de sedimentos e das alterações morfológicas do canal principal do rio Amazonas, conferindo elevada dinâmica espacial ao sítio reprodutivo. Esse comportamento caracteriza os ecossistemas de várzea amazônicos e explica a importância da manutenção dos processos naturais para a conservação das espécies que dependem dessas praias para completar o ciclo de vida.

A importância atribuída à Ilha do Meio, entretanto, não decorre apenas das características ambientais. Ao longo das últimas duas décadas, a área consolidou-se como uma das principais referências regionais para a conservação de quelônios amazônicos, reunindo iniciativas permanentes de fiscalização, monitoramento, pesquisa científica e mobilização comunitária. Desde 2007, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curuá mantém ações voltadas à proteção das praias de desova, reconhecendo a ilha como um dos principais berçários naturais de quelônios do oeste do Pará.

Figuras 01 a 04: Monitoramento e manejo de filhotes de quelônios na Ilha do Meio



Fonte: SEMMA, 2026

A consolidação dessas ações ocorreu de forma gradual, acompanhando o aumento do conhecimento sobre a importância ecológica da área. Inicialmente voltadas à fiscalização da coleta ilegal de ovos e da captura de fêmeas reprodutoras, as atividades passaram a incorporar o monitoramento sistemático das praias, a marcação de ninhos, o remanejamento de ovos em áreas sujeitas à inundação ou erosão, o acompanhamento da incubação, a soltura de filhotes e ações permanentes de educação ambiental desenvolvidas junto às comunidades ribeirinhas.

Nos últimos anos, a Ilha do Meio também passou a receber pesquisas científicas voltadas à ecologia reprodutiva dos quelônios amazônicos. Os estudos conduzidos pela SAPOPEMA, sob orientação de pesquisadores da UFOPA e do INPA, ampliaram significativamente o conhecimento sobre a dinâmica reprodutiva das espécies do gênero *Podocnemis*, a participação das comunidades locais na conservação da área e os efeitos das mudanças hidrológicas sobre os sítios de desova.

3 A ILHA DO MEIO (continuação)

Os resultados desses estudos demonstram que a Ilha do Meio abriga um dos mais importantes sítios reprodutivos de quelônios do Baixo Amazonas, utilizado regularmente pela tartaruga-da-amazônia, pelo tracajá e pelo pitiú. Além de registrar aspectos da biologia reprodutiva dessas espécies, os levantamentos ressaltam a importância da participação das comunidades ribeirinhas, dos voluntários e do poder público na proteção das praias de desova, reconhecendo a etnoconservação como componente fundamental para a manutenção desse patrimônio natural.

A relevância da Ilha do Meio não se restringe aos quelônios, visto que, durante o período de exposição das praias, os bancos arenosos também são utilizados por aves aquáticas, limícolas e migratórias para alimentação, descanso e reprodução. Os ambientes de várzea, canais e áreas alagáveis funcionam ainda como importantes áreas de alimentação para peixes e outros organismos aquáticos, integrando uma rede de habitats que sustenta a elevada biodiversidade característica das planícies de inundação amazônicas.

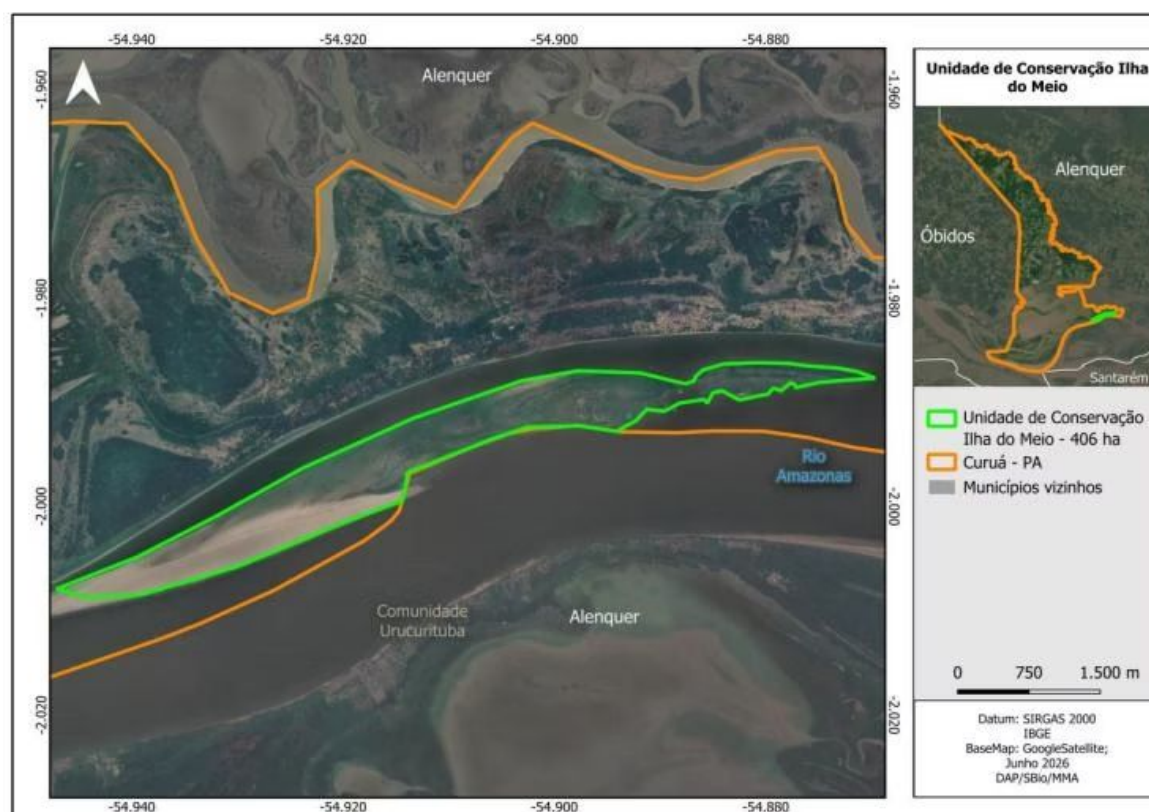
A dimensão social da conservação também constitui aspecto marcante da área. As comunidades ribeirinhas de Urucurituba, Vira-Volta e demais localidades próximas mantêm relação histórica com a Ilha do Meio por meio da pesca artesanal, da navegação e do uso tradicional dos recursos naturais da várzea. Os estudos desenvolvidos na região evidenciam que a efetividade das ações de conservação depende da participação dessas comunidades, da construção de acordos locais e da integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área proposta para criação do REVIS Ilha do Meio abrange aproximadamente 406 hectares e corresponde a uma ilha fluvial localizada no leito do rio Amazonas, na região da Calha Norte paraense. A área encontra-se inserida em um trecho de elevada dinâmica hidrossedimentológica, caracterizado pela formação e remodelação contínua de ilhas, bancos arenosos, canais secundários e ambientes de várzea, resultantes da interação entre os processos de erosão, transporte e deposição de sedimentos promovidos pelo regime hidrológico do rio Amazonas.

A Ilha do Meio situa-se na divisa administrativa entre os municípios de Curuá e Alenquer, aproximadamente 41 quilômetros a jusante da sede municipal de Curuá, sendo acessível exclusivamente por via fluvial – Figura 02.

Figura 02: Localização da área proposta para criação da unidade de conservação



Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2026.

Não foram identificados núcleos urbanos ou comunidades residentes no interior da área proposta, entretanto, a ilha é utilizada por comunidades ribeirinhas situadas no entorno, especialmente Urucurituba e Vira-Volta, cujas atividades econômicas e culturais estão historicamente associadas à pesca artesanal, à navegação e ao uso sustentável dos recursos naturais das várzeas amazônicas.

A paisagem é composta por um mosaico de ambientes naturais típicos das planícies de inundação amazônicas, incluindo praias arenosas, bancos de sedimentos, canais naturais, vegetação pioneira, campos de várzea, lagos temporários e formações florestais sazonalmente inundáveis. A distribuição espacial desses ambientes varia anualmente em função do pulso hidrológico do rio Amazonas, que modifica continuamente a configuração da ilha e determina a disponibilidade de habitats utilizados por diferentes grupos da fauna.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO (continuação)

Durante o período de vazante, a redução do nível do rio promove a exposição de extensas praias arenosas que constituem áreas preferenciais para a reprodução de quelônios amazônicos e locais de alimentação, repouso e nidificação para aves aquáticas e migratórias. No período de cheia, esses ambientes são novamente inundados, restabelecendo a conectividade hidrológica entre praias, canais, lagos e áreas de várzea, condição essencial para a manutenção dos processos ecológicos que caracterizam os ecossistemas fluviais amazônicos.

Essa elevada variabilidade ambiental constitui um dos principais atributos ecológicos, favorecendo a coexistência de diferentes habitats ao longo do ciclo hidrológico anual. Como consequência, a Ilha do Meio desempenha funções ecológicas relevantes para espécies residentes e migratórias, atuando como área de reprodução, alimentação, abrigo e dispersão para diversos grupos da fauna amazônica - Figuras 03 e 04.

Figuras 03 e 04: Áreas de reprodução de quelônios na Ilha do Meio



Fonte: SEMMA, 2026

4.1 CLIMA

A área proposta para criação do REVIS Ilha do Meio insere-se no domínio climático equatorial úmido (Af), segundo a classificação de Köppen-Geiger, caracterizado por temperaturas elevadas ao longo de todo o ano, reduzida amplitude térmica anual e elevados índices pluviométricos. No oeste do estado do Pará, as precipitações anuais normalmente superam 2.000 mm, concentrando-se entre os meses de dezembro e maio, enquanto o período de junho a novembro apresenta redução gradual das chuvas, coincidindo com a fase de vazante do rio Amazonas (IBGE, 2024; MAPBIOMAS CLIMA, 2024).

Dados climáticos disponibilizados pela plataforma MapBiomias Clima indicam temperaturas médias anuais entre 27,5 °C e 31,0 °C. As temperaturas máximas anuais situam-se entre 33,8 °C e 34,0 °C, enquanto as temperaturas mínimas anuais variam entre 22,8 °C e 27,0 °C (MAPBIOMAS CLIMA, 2024). Essas condições favorecem a produtividade biológica e sustentam os processos ecológicos característicos dos ecossistemas de várzea e das praias fluviais associadas ao rio Amazonas.

O regime pluviométrico regional apresenta marcada sazonalidade, com maior concentração das chuvas entre os meses de dezembro e maio, período que coincide com a elevação gradual dos níveis do rio Amazonas. Entre junho e novembro ocorre redução das precipitações e a progressiva vazante das águas, resultando na exposição de praias arenosas, bancos sedimentares e demais ambientes utilizados para alimentação, reprodução e abrigo de diversas espécies da fauna (MAPBIOMAS CLIMA, 2024; SEMMA, 2024).

Na região amazônica, a dinâmica climática está diretamente associada ao pulso anual de inundação, considerado o principal fator estruturador dos ecossistemas de várzea. As oscilações sazonais do nível do rio promovem alterações periódicas na disponibilidade de habitats, na composição da vegetação, na produtividade primária e na distribuição da fauna, influenciando os ciclos ecológicos de peixes, aves aquáticas, mamíferos e quelônios.

No caso da Ilha do Meio, a alternância entre os períodos de cheia e vazante exerce papel determinante na manutenção dos atributos ambientais que justificam a proposta de criação da unidade de conservação. Durante a vazante, a exposição das praias fluviais cria condições para a reprodução da tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*), do tracajá (*Podocnemis unifilis*) e do pitiú (*Podocnemis sextuberculata*), espécies monitoradas pelo Programa Municipal de Preservação das Tartarugas da Amazônia. Paralelamente, os ambientes de várzea e canais associados sustentam elevada diversidade de peixes, aves aquáticas e espécies migratórias, reforçando a importância ecológica da área para a conservação da biodiversidade regional. Posteriormente, o retorno gradual das chuvas e da elevação do nível do rio coincide com a eclosão dos ninhos e a dispersão dos filhotes, evidenciando a forte dependência dessas espécies em relação ao ciclo hidrológico regional (SEMMA, 2024; SAPOPEMA, 2022).

Além de regular os processos ecológicos, a sazonalidade climática condiciona o uso tradicional da área pelas comunidades ribeirinhas do entorno, influenciando os períodos de navegação, pesca, manejo dos recursos naturais e demais atividades desenvolvidas ao longo do rio Amazonas. Dessa forma, o clima constitui um dos principais elementos estruturantes da dinâmica ambiental, ecológica e socioeconômica da Ilha do Meio, devendo ser considerado na definição das estratégias de conservação e manejo da UC.

4.2 GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

A Ilha do Meio está inserida na planície fluvial do rio Amazonas, em um trecho da Calha Norte paraense cuja evolução geomorfológica é controlada pelos processos de erosão, transporte e deposição de sedimentos associados ao regime hidrológico do rio. Trata-se de uma ilha aluvial recente, formada por depósitos sedimentares continuamente retrabalhados pelas oscilações sazonais do nível das águas, característica típica das planícies de inundação amazônicas.

Do ponto de vista geomorfológico, a área integra o sistema de planícies inundáveis da Amazônia, composto por superfícies de baixa declividade sujeitas a inundações periódicas e elevada mobilidade sedimentar. Os 406 hectares da área proposta para criação da UC encontram-se integralmente inseridos na classe Planícies e Planaltos Baixos até 30 metros de altitude, evidenciando a baixa amplitude altimétrica característica das planícies de inundação amazônicas. Essa condição favorece a ampla influência dos ciclos de cheia e vazante sobre a totalidade da área.

Em relação à declividade, observa-se predomínio de superfícies planas, que ocupam aproximadamente 373 hectares (91,8%) da área analisada. As áreas suavemente onduladas correspondem a cerca de 28 hectares (7,0%), enquanto as áreas onduladas abrangem aproximadamente 4 hectares (1,0%). As áreas fortemente onduladas representam apenas 0,5 hectare (0,1%) da área total. Esse padrão é compatível com ambientes sedimentares recentes formados pela deposição contínua de materiais transportados pelo Rio Amazonas.

4.3 PEDOLOGIA

A Ilha do Meio desenvolve-se sobre depósitos aluviais quaternários formados pela sedimentação do rio Amazonas, característicos das planícies fluviais da Amazônia e constituídos por materiais inconsolidados, predominantemente arenosos nas praias fluviais e mais finos nas áreas periodicamente inundadas, refletindo a mobilidade sedimentar do sistema fluvial (CPRM, 2006; IBGE, 2009).

A distribuição desses sedimentos condiciona a organização dos ambientes da ilha. As superfícies arenosas expostas durante a vazante constituem os principais tabuleiros de desova utilizados por *Podocnemis expansa*, *P. unifilis* e *P. sextuberculata*, enquanto os setores sujeitos à inundação prolongada favorecem o estabelecimento da vegetação de várzea e de formações pioneiras adaptadas ao ciclo hidrológico anual.

Embora não existam levantamentos pedológicos específicos para a área proposta, as características observadas são compatíveis com os ambientes aluviais descritos para a planície do rio Amazonas, onde a deposição periódica de sedimentos promove a renovação do substrato e influencia diretamente a distribuição da vegetação e dos habitats utilizados pela fauna (IBGE, 2009).

4.4 HIDROLOGIA

A  rea de estudo integra a bacia hidrográfica do rio Amazonas, cuja dinâmica sazonal constitui o principal fator de organização da paisagem da Ilha do Meio. As oscilações anuais do nível do rio promovem a alternância entre períodos de inundação e exposição das praias, estabelecendo o chamado pulso de inundação, considerado um dos processos ecológicos fundamentais para o funcionamento das várzeas amazônicas (Junk, Bayley & Sparks, 1989; Junk et al., 2011).

Esse regime hidrológico regula a conectividade entre o canal principal, os ambientes de várzea, os canais secundários e as áreas temporariamente alagadas, favorecendo a circulação de nutrientes, organismos aquáticos e propágulos vegetais. Como resultado, esses ambientes apresentam elevada produtividade biológica e desempenham funções essenciais para a alimentação, reprodução e deslocamento de peixes, aves aquáticas, quelônios e mamíferos aquáticos.

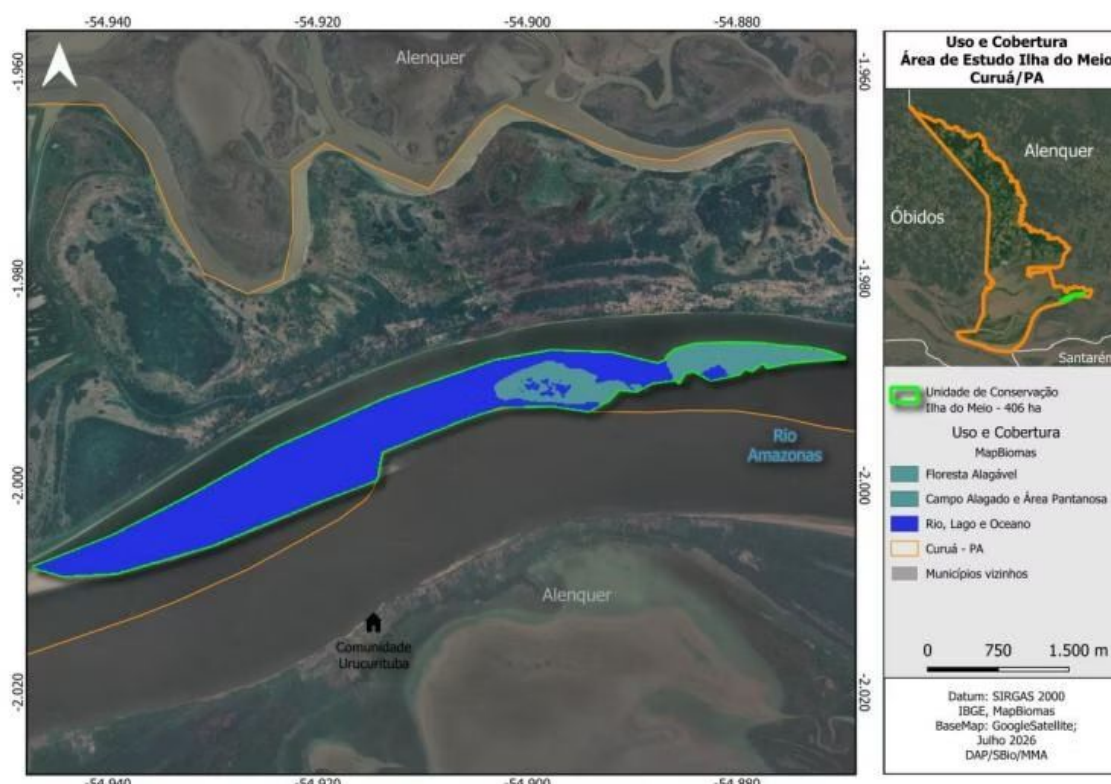
4.5 VEGETAÇÃO E USO E COBERTURA DA TERRA

A Floresta de Várzea constitui a principal formação arbórea da área proposta para criação da UC, sendo composta por espécies adaptadas às inundações periódicas e desempenhando papel fundamental na manutenção da estabilidade das margens, na ciclagem de nutrientes e na oferta de abrigo e alimento para a fauna (IBGE, 2012;2024).

Nas áreas mais baixas predominam campos alagados e formações herbáceas adaptadas ao encharcamento sazonal, enquanto as praias fluviais apresentam cobertura vegetal esparsa e temporária, em razão da constante deposição e remobilização de sedimentos promovida pela dinâmica do rio (IBGE, 2012; PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

Os dados de uso e cobertura da terra para o ano de 2024 indicam predominância da classe Água e Ambiente Marinho, abrangendo aproximadamente 326 hectares (80,4%) da área analisada. A classe Vegetação Herbácea e Arbustiva ocupa cerca de 77 hectares (18,9%), enquanto aproximadamente 3 hectares (0,6%) foram classificados como Floresta. Não foram identificadas áreas de agropecuária ou ocupação antrópica permanente no interior da área proposta - Figura 05.

Figura 05: Mapa de uso e cobertura da terra



Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2026.

A combinação entre clima tropical úmido, relevo predominantemente plano, baixa amplitude altimétrica, influência direta do pulso anual de inundação e intensa dinâmica sedimentar define as condições físicas que estruturam a paisagem da Ilha do Meio. Os ciclos sazonais de cheia e vazante condicionam a distribuição dos sedimentos, a extensão das áreas emersas e a evolução geomorfológica da ilha, constituindo os principais processos naturais responsáveis pela manutenção das características físicas observadas na área proposta para criação do REVIS Ilha do Meio.

4.6 FAUNA

A fauna da Ilha do Meio reflete a diversidade de ecossistemas presentes na planície de inundação do rio Amazonas, incluindo várzeas, praias fluviais, canais secundários e ambientes aquáticos. A alternância anual entre cheias e vazantes modifica continuamente esses ambientes, criando áreas utilizadas para reprodução, alimentação, abrigo e deslocamento de diversas espécies da fauna amazônica. Entre os grupos faunísticos de maior relevância destacam-se os quelônios amazônicos, as aves que utilizam as praias fluviais e a ictiofauna típica dos ambientes de várzea que utilizam a ilha em diferentes fases do ciclo de vida (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

A área é reconhecida regionalmente como um dos principais sítios reprodutivos de quelônios do oeste do Pará, sendo objeto de ações permanentes de monitoramento, fiscalização e manejo desenvolvidas pelo poder público municipal e instituições parceiras ao longo de mais de uma década. Os estudos realizados na Ilha do Meio registram a ocorrência de três espécies do gênero *Podocnemis*: a tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*), o tracajá (*Podocnemis unifilis*) e o pitiú (*Podocnemis sextuberculata*), que utilizam as praias expostas durante a vazante para a construção dos ninhos e incubação dos ovos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026; SAPOPEMA, 2022).

A tartaruga-da-amazônia possui especial importância para a área, uma vez que a Ilha do Meio abriga um dos principais tabuleiros de reprodução conhecidos no Baixo Amazonas. Os monitoramentos realizados em 2021 estimaram aproximadamente 8.000 ninhos da espécie, evidenciando a relevância da área para a manutenção de suas populações naturais. Os levantamentos também registram pressões relacionadas à coleta de ovos, captura de animais adultos e comércio ilegal, justificando a continuidade das ações de proteção e manejo desenvolvidas na ilha (SAPOPEMA 2022; PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

O tracajá e o pitiú dependem da disponibilidade de praias, barrancos arenosos e áreas de transição entre o ambiente terrestre e aquático para a reprodução. Os registros obtidos durante os monitoramentos confirmam o uso recorrente da Ilha do Meio por essas espécies, reforçando sua importância para a conservação dos quelônios amazônicos (SAPOPEMA 2022; PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

Além dos quelônios, a ilha constitui área de reprodução, alimentação e descanso para diversas aves características dos ambientes fluviais. Os levantamentos registraram a ocorrência do trinta-réis-grande (*Phaetusa simplex*), talha-mar (*Rynchops niger*), bacurau-da-várzea (*Hydropsalis climacocerca*), marrecabocla (*Dendrocygna autumnalis*) e urubu-de-cabeça-vermelha (*Cathartes aura*). Durante a vazante, as praias arenosas expostas favorecem a formação de colônias reprodutivas utilizadas para nidificação e criação dos filhotes.

Os ambientes aquáticos da ilha, formados por canais, furos, lagos temporários e áreas periodicamente inundadas, sustentam a diversidade de peixes e funcionam como locais de alimentação, abrigo e recrutamento. Esses ambientes apresentam produtividade biológica e são utilizados por espécies de interesse ecológico e pesqueiro, como curimatá, pacu e tambaqui (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

Os registros obtidos durante os trabalhos de campo e relatos de moradores locais também indicam a presença de jacarés, botos, peixe-boi amazônico, crustáceos, insetos aquáticos e uma grande diversidade de peixes característicos dos ambientes de várzea do Rio Amazonas. Embora não tenham sido realizados inventários faunísticos sistemáticos para todos os grupos taxonômicos, as informações disponíveis demonstram que a Ilha do Meio atua como importante refúgio para a fauna associada aos ecossistemas fluviais e às planícies de inundação amazônicas (SAPOPEMA 2022; PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026) - Figuras 06 e 07.



FILHOTE DE PEIXE-BOI DA AMAZÔNIA

(*Trichechus inunguis*)

Registrado em Curuá, Pará

O peixe-boi-da-amazônia é uma espécie ameaçada de extinção.

A preservação dos seus habitats é essencial para a sobrevivência desta espécie.

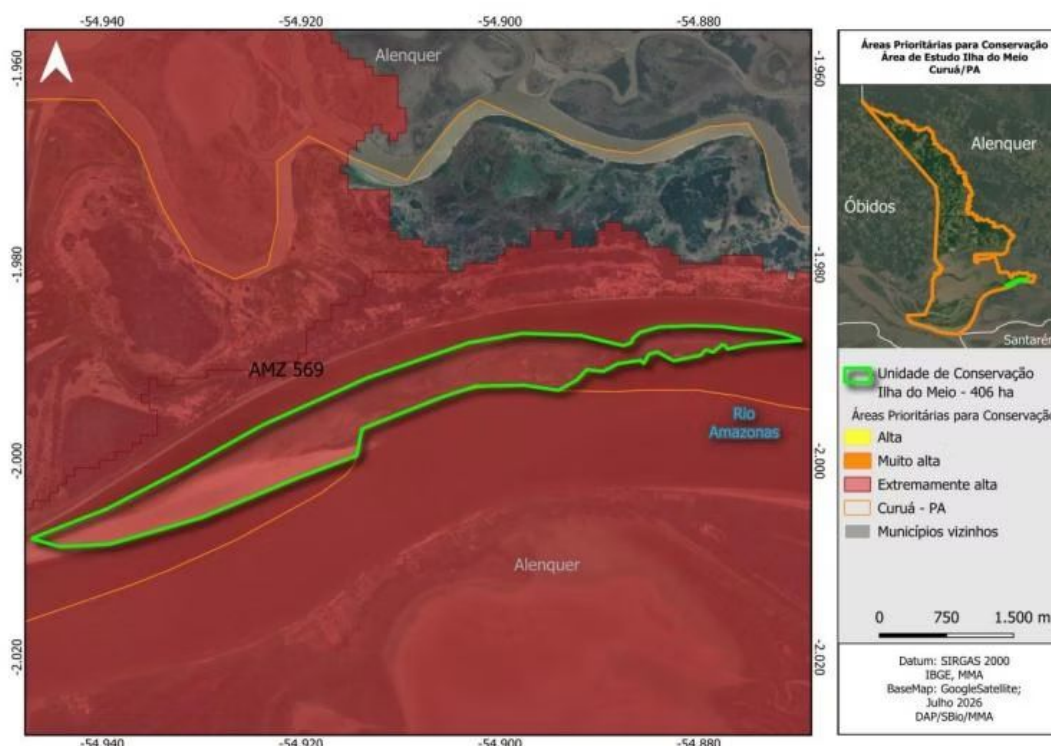
Fonte: SEMMA, 2026.

De forma geral, a relevância faunística da Ilha do Meio decorre principalmente da função como área de reprodução de quelônios, nidificação de aves e suporte à ictiofauna das várzeas amazônicas. Esses atributos fundamentam a proposta de proteção da área por meio de unidade de conservação e reforçam a importância da continuidade das ações de monitoramento, manejo e fiscalização desenvolvidas no local.

5 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO, ALVOS DE CONSERVAÇÃO E RELEVÂNCIA PAISAGÍSTICA

A área proposta para criação da unidade de conservação está inserida em região classificada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima como Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade (Código AMZ 569), enquadrada com importância biológica extremamente alta e prioridade de ação extremamente alta. Entre as estratégias de conservação previstas para essa área destacam-se o fortalecimento da gestão territorial, a valorização da sociobiodiversidade e o incentivo a atividades econômicas compatíveis com a conservação, como o turismo de base comunitária (MMA, 2018) - Figura 08.

Figura 08: Mapa de Sobreposição da área de estudo com a Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade - Código AMZ 569



Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2026.

A Ilha do Meio não integra um mosaico de unidades de conservação nem estabelece conexão direta com outras áreas protegidas. Ainda assim, a relevância decorre da manutenção dos processos ecológicos característicos da planície de inundação do rio Amazonas. A alternância entre cheias e vazantes promove a formação periódica de praias fluviais, bancos de areia, canais e ambientes de várzea, que constituem habitats utilizados por diferentes grupos da fauna.

Nesse sentido, o principal alvo de conservação corresponde aos tabuleiros naturais de reprodução de quelônios amazônicos. Os monitoramentos na área demonstram que a Ilha do Meio abriga um dos mais importantes sítios reprodutivos, concentrando anualmente milhares de ninhos e justificando a adoção de medidas permanentes de proteção e manejo. Também constituem alvos de conservação as praias fluviais utilizadas para alimentação e reprodução de aves, como o talha-mar e o trinta-réis-grande, além dos canais, lagos temporários e áreas inundáveis que funcionam como ambientes de alimentação, abrigo e recrutamento para espécies de peixes de importância ecológica e pesqueira (MMA, 2018).

Sob o ponto de vista paisagístico, a dinâmica natural de erosão e deposição de sedimentos modifica continuamente a configuração da ilha, conferindo elevado valor cênico ao ambiente e favorecendo atividades de pesquisa científica, educação ambiental, turismo de observação da natureza e sensibilização para a conservação da biodiversidade.

6 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

6.1 CONTEXTO HISTÓRICO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A ocupação do município de Curuá está relacionada à navegação e ao uso dos recursos naturais do rio Amazonas e do rio Curuá, principais eixos de circulação, comunicação e subsistência da população regional desde o período colonial. Os primeiros registros de ocupação remontam ao final do século XVII, com a instalação da Missão Baré pelos Padres Franciscanos Capuchos da Piedade, em 1694. Ao longo do século XIX, a região passou por um novo processo de ocupação impulsionado, principalmente, pela exploração da balata e pela formação de núcleos populacionais permanentes às margens dos rios. Em 1900 foi criada a Vila de Curuá, que permaneceu vinculada administrativamente ao município de Alenquer até sua emancipação pela Lei Estadual nº 5.924, de 28 de dezembro de 1995, com instalação do município em 1997 (IBGE, 2024; PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

Desde esse período, a ocupação do território tem sido marcada pela presença de comunidades ribeirinhas distribuídas ao longo dos rios, lagos, furos e ilhas, cuja organização social e econômica está baseada na pesca artesanal, no extrativismo, na agricultura familiar e no uso sazonal dos ambientes de várzea. A dinâmica dessas atividades acompanha o regime anual de cheias e vazantes, que condiciona o acesso aos recursos naturais e o deslocamento entre as comunidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

Nesse contexto, a Ilha do Meio integra um território tradicionalmente utilizado pelas comunidades ribeirinhas de Curuá e Alenquer, especialmente para atividades de pesca e circulação fluvial. Apesar desse uso histórico, a ilha não apresenta ocupação permanente, característica que contribuiu para a manutenção de seus ambientes naturais e para a conservação dos tabuleiros de reprodução de quelônios amazônicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ 2026; SAPOPEMA 2022).

6.2 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA MUNICIPAL

O município de Curuá possui área territorial de 1.431,35 km² e integra a região geográfica imediata de Oriximiná e a região intermediária de Santarém, no oeste do estado do Pará (IBGE, 2025).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município possuía 14.117 habitantes, com estimativa de 14.954 habitantes para 2025. A densidade demográfica registrada foi de 9,86 habitantes/km², refletindo um padrão de ocupação marcado pela dispersão da população e pela presença de comunidades rurais e ribeirinhas distribuídas ao longo da rede hidrográfica. A estrutura demográfica apresenta predominância de população jovem, característica comum aos municípios amazônicos de pequeno porte. Essa configuração demográfica influencia diretamente a demanda por serviços públicos, especialmente nas áreas de educação, saúde, transporte e infraestrutura básica.

No campo econômico, o município apresentou Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 13.612,52 em 2023 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,578. A economia local está fortemente associada às atividades primárias, destacando-se a pesca artesanal, a agricultura familiar, o extrativismo e o comércio de pequena escala, além das atividades ligadas à administração pública, que desempenham papel relevante na geração de emprego e renda.

Em 2023, o salário médio dos trabalhadores formais foi de 1,8 salário mínimo, com 1.255 pessoas ocupadas em empregos formais. Os dados também indicam que 53,4% da população possuía rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, evidenciando a importância das atividades de subsistência, dos programas sociais e das economias locais para a manutenção das condições de vida da população.

Na área da educação, a taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos atingiu 97,38% em 2022. Em 2024, o município registrou 2.607 matrículas no ensino fundamental e 812 matrículas no ensino médio, distribuídas em 37 estabelecimentos de ensino fundamental e 2 estabelecimentos de ensino médio. Os índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) registrados em 2023 foram de 3,9 tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental da rede pública.

Os indicadores de saúde demonstram condições compatíveis com municípios de pequeno porte da Amazônia. Em 2023, a taxa de mortalidade infantil registrada foi de 4,65 óbitos por mil nascidos vivos, e o município contava com seis estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

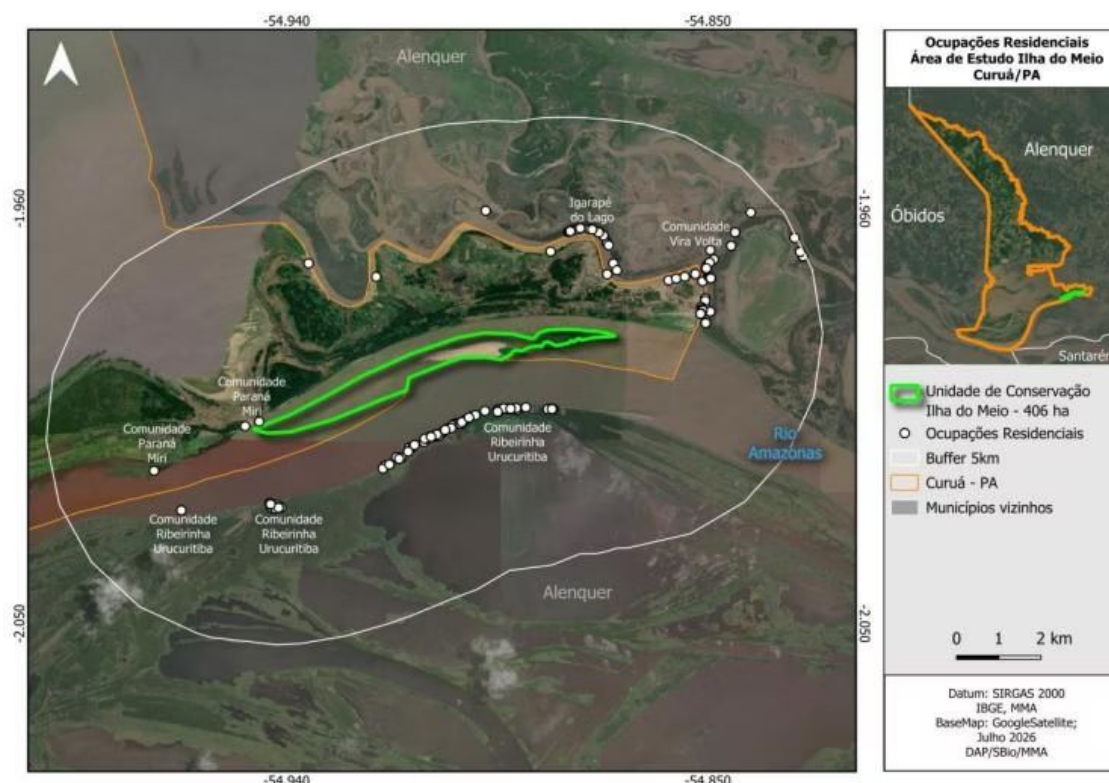
Em relação à infraestrutura urbana e saneamento, Curuá possuía área urbanizada de aproximadamente 4,73 km² em 2019. Os indicadores municipais apontam cobertura limitada de esgotamento sanitário adequado, alcançando 4,84% dos domicílios em 2022, enquanto a arborização de vias públicas atingia 36,15%. Esses dados refletem desafios ainda presentes na ampliação da infraestrutura urbana e dos serviços públicos essenciais.

De forma geral, Curuá apresenta dependência dos recursos naturais, estreita relação com os ambientes fluviais e significativa importância das atividades desenvolvidas pelas populações ribeirinhas. Esse contexto reforça a relevância de iniciativas voltadas à conservação dos ecossistemas associados ao Rio Amazonas, compatibilizando a proteção ambiental com a manutenção dos modos de vida tradicionais e das atividades econômicas locais.

6.3 COMUNIDADES E DINÂMICA TERRITORIAL DA ÁREA DE ESTUDO

A área proposta para criação da UC o está inserida em um território ocupado por comunidades ribeirinhas distribuídas ao longo das margens do rio Amazonas e dos canais secundários. De acordo com os registros domiciliares do Censo Demográfico de 2022, foram identificadas aproximadamente 170 edificações em um raio de 5 km da área proposta, sem registro de ocupações permanentes no interior da Ilha do Meio (IBGE, 2022) - Figura 09.

Figura 09: Mapa de distribuição das edificações em um raio de 5 km da área proposta para criação da UC



Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2026.

Entre os principais núcleos populacionais destacam-se a comunidade de Urucurituba, com aproximadamente 72 edificações, e a comunidade de Viravolta, com cerca de 56 edificações, além das localidades de Igarapé do Lago, Centro do Arapiri e Parará Mirim (IBGE, 2022). Essas comunidades mantêm estreita relação com o rio Amazonas, utilizando a rede hidrográfica como principal meio de deslocamento e desenvolvendo atividades como pesca artesanal, agricultura familiar, extrativismo e coleta de recursos naturais, características do modo de vida ribeirinho (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

A utilização desse território acompanha o regime anual de cheias e vazantes, que condiciona o acesso às comunidades, a disponibilidade de recursos pesqueiros e o uso sazonal das praias e áreas de várzea. Durante a vazante, as praias fluviais tornam-se espaços utilizados tanto pela fauna, especialmente para a reprodução dos quelônios, quanto pelas comunidades locais em atividades tradicionais compatíveis com a dinâmica natural do rio (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026; SAPOPEMA, 2022).

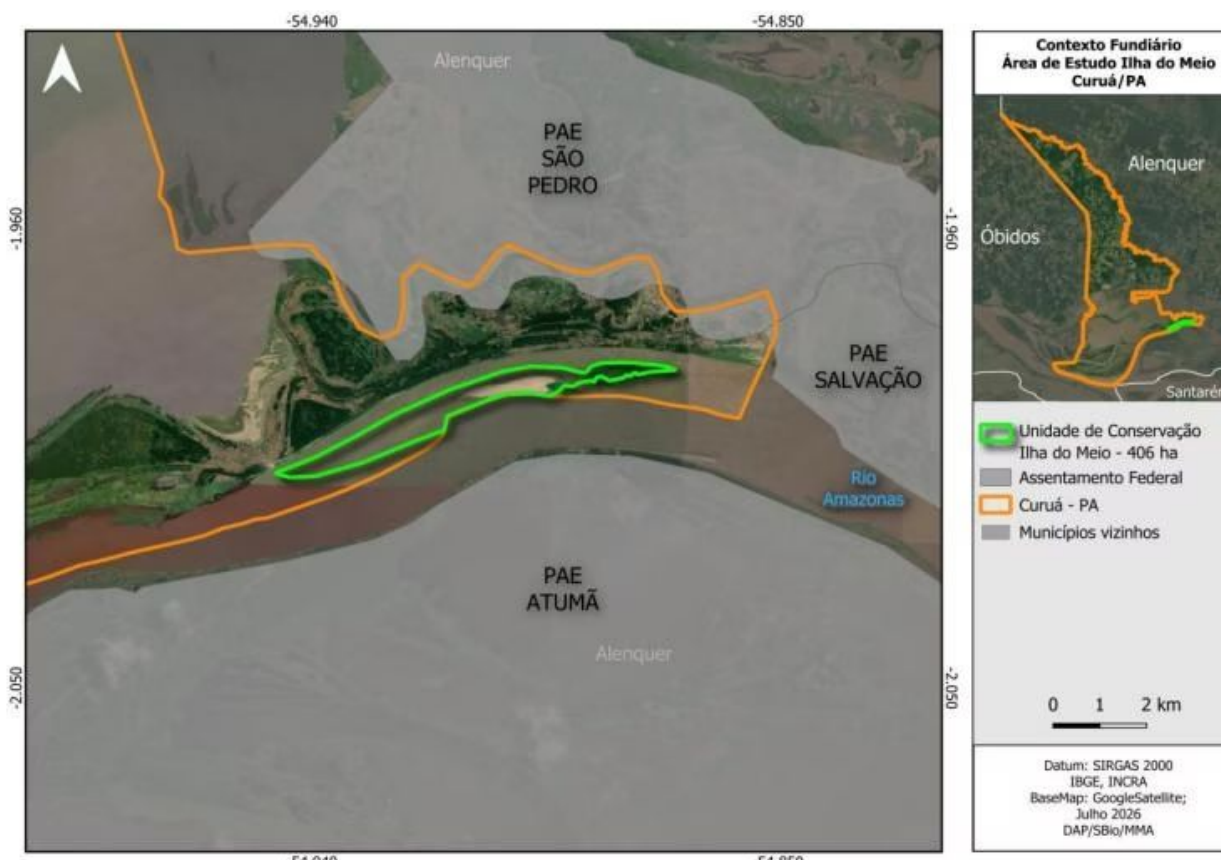
A inexistência de ocupação permanente no interior da área, aliada ao uso tradicional pelas comunidades ribeirinhas e ao histórico de conservação desenvolvido no local, constitui um contexto favorável à implementação da UC, conciliando a proteção dos atributos ambientais com a continuidade dos usos tradicionais compatíveis com os objetivos da área protegida.

7 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A análise fundiária foi realizada com base no cruzamento de dados geoespaciais, consultas aos cadastros fundiários oficiais e avaliação da legislação aplicável às terras públicas. A Ilha do Meio localiza-se no leito principal do rio Amazonas, curso d'água de domínio da União, nos termos do art. 20, inciso III, da Constituição Federal. Considerando essa condição e a inexistência de registros de domínio privado nas bases fundiárias consultadas, há indícios de que a área constitua bem público federal, embora a definição da titularidade patrimonial dependa de manifestação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

As consultas ao Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF/INCRA), ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e às bases oficiais da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não identificaram imóveis rurais, títulos, posses cadastradas ou sobreposição com terras indígenas, territórios quilombolas titulados, assentamentos incidentes sobre a poligonal ou UC federais e estaduais. No entorno, destaca-se apenas a proximidade do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Atumã, situado a aproximadamente 1,27 km do perímetro proposto, sem sobreposição territorial – Figura 10.

Figura 10: Mapa da situação fundiária da área de estudo



Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2026.

8 PRESSÕES, AMEAÇAS E OPORTUNIDADES PARA CONSERVAÇÃO

A principal pressão incidente sobre a Ilha do Meio está relacionada à exploração ilegal dos recursos naturais durante o período reprodutivo dos quelônios. Apesar das ações contínuas de monitoramento e proteção desenvolvidas pelo município e por instituições parceiras, os relatórios técnicos registram que a coleta de ovos, a captura de quelônios e outras interferências antrópicas permanecem entre os principais fatores de ameaça às populações de *Podocnemis expansa*, *P. unifilis* e *P. sextuberculata* (SAPOPEMA 2022; PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ, 2026).

Também são observados conflitos relacionados ao uso dos recursos pesqueiros, especialmente em razão da atuação de embarcações provenientes de outras localidades, que podem intensificar a pressão sobre os ambientes aquáticos utilizados pelas comunidades ribeirinhas. Outra fonte de pressão decorre da circulação de pessoas e embarcações durante o período de estiagem, quando as praias fluviais ficam expostas. O uso inadequado dessas áreas pode provocar a destruição de ninhos, o afugentamento da fauna e a redução da qualidade dos habitats utilizados por quelônios e aves que dependem desses ambientes para reprodução (SAPOPEMA, 2022).

A dinâmica natural de erosão e deposição de sedimentos do rio Amazonas também modifica continuamente a configuração da ilha e a distribuição das praias utilizadas para desova. Embora esses processos sejam inerentes ao sistema fluvial amazônico, alterações ambientais em escala regional podem influenciar a intensidade e afetar a disponibilidade de áreas reprodutivas.

Por outro lado, a área apresenta oportunidades relevantes para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável do município. Destacam-se as ações de monitoramento e proteção dos quelônios, a existência de parcerias institucionais para pesquisa e conservação, e o reconhecimento regional da Ilha do Meio como importante sítio reprodutivo da fauna.

A formalização da Ilha do Meio como UC poderá fortalecer essas iniciativas ao ampliar o acesso a instrumentos de gestão, cooperação institucional e fontes de financiamento, além de criar melhores condições para o desenvolvimento de pesquisas científicas, ações de educação ambiental e atividades de visitação compatíveis com os objetivos de conservação.

9 JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A proposta de criação da UC na Ilha do Meio fundamenta-se no conjunto de atributos ambientais, ecológicos e paisagísticos que evidenciam a relevância da área para a conservação da biodiversidade no baixo rio Amazonas.

A área abriga ambientes de várzea, praias fluviais e canais associados à dinâmica hidrológica do rio Amazonas, responsáveis pela manutenção de processos ecológicos e pela oferta de habitats para diversas espécies da fauna. Destaca-se, em especial, a importância como um dos principais sítios reprodutivos de quelônios no oeste do Pará, reconhecida pelas ações contínuas de monitoramento e manejo desenvolvidas pelo município e instituições parceiras (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ 2026; SAPOPEMA, 2022).

A ilha não possui ocupação permanente e não foram identificados conflitos fundiários ou sobreposições com outras áreas legalmente protegidas, condições que favorecem a criação como UC e permitirá consolidar uma estratégia de gestão iniciada pelo município, fortalecendo as ações de conservação, pesquisa, monitoramento e educação ambiental, bem como ampliando as oportunidades de cooperação institucional e de captação de recursos para a proteção do patrimônio natural.

10 PROPOSTA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

As características ambientais, territoriais, fundiárias e socioeconômicas da área confirmam a viabilidade e a pertinência da criação de uma UC municipal para proteção da Ilha do Meio.

A avaliação das categorias previstas no SNUC demonstrou que o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) apresenta a maior compatibilidade com os atributos ambientais identificados na área, por possibilitar a proteção de ambientes naturais essenciais à reprodução, alimentação, abrigo e manutenção da fauna silvestre, sem perder de vista a realização de pesquisas científicas, ações de educação ambiental e visitação compatível com os objetivos de conservação - Quadro 01.

Quadro 01: Análise comparativa das categorias e unidades de conservação

Categoria	Potencial de Aplicação à Ilha do Meio	Limitações Identificadas
Refúgio de Vida Silvestre (REVIS)	Protege ambientes necessários à reprodução e manutenção da fauna silvestre; compatível com os tabuleiros de desova de quelônios, aves migratórias e demais espécies associadas aos ambientes fluviais. Permite pesquisa, educação ambiental e visitação controlada compatíveis com os objetivos de conservação.	Exige planejamento adequado para compatibilizar eventuais atividades de uso público com os períodos reprodutivos da fauna.
Parque Natural Municipal	Possibilita proteção ambiental associada ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação e visitação.	O foco principal da área não está relacionado ao uso público, mas à proteção de habitats críticos para reprodução da fauna, especialmente quelônios amazônicos.
Monumento Natural	Poderia valorizar a singularidade paisagística da ilha e das praias fluviais.	A relevância da área está associada principalmente à proteção de habitats e processos ecológicos, e não a uma feição natural específica.
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Instrumento flexível para proteção de ambientes específicos.	Menor aderência aos objetivos de proteção dos processos reprodutivos da fauna e à relevância ecológica identificada na área.

10 PROPOSTA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (continuação)

Dessa forma, recomenda-se a criação do REVIS Ilha do Meio, integrante do grupo de Unidades de Proteção Integral do SNUC, abrangendo aproximadamente 406 hectares de praias fluviais, ambientes de várzea, canais e demais ecossistemas associados à dinâmica sazonal do rio Amazonas.

A UC terá como objetivo geral assegurar a conservação dos ambientes naturais da Ilha do Meio e dos processos ecológicos que sustentam a fauna silvestre, especialmente as áreas utilizadas para a reprodução dos quelônios amazônicos.

Entre os objetivos específicos da UC propõe-se:

- 1 proteger os principais sítios de reprodução da tartaruga-da-amazônia , do tracajá e do pitiú;**
- 2 conservar os habitats utilizados por aves aquáticas e outras espécies migratórias associadas aos ambientes de várzea e praias fluviais;**
- 3 fortalecer as ações de monitoramento, manejo e proteção da fauna silvestre desenvolvidas na área;**
- 4 incentivar pesquisas científicas relacionadas à biodiversidade, ecologia fluvial e conservação dos quelônios amazônicos;**
- 5 apoiar iniciativas de visitação e turismo de base comunitária compatíveis com os objetivos da unidade;**
- 6 fortalecer a cooperação institucional para a gestão e conservação da área.**

A criação do Refúgio de Vida Silvestre Ilha do Meio materializa os esforços de conservação conduzidos pelo município, ao conferir proteção jurídica a uma das mais relevantes áreas de reprodução de quelônios amazônicos e fortalecer a gestão do patrimônio natural municipal.

11 CAPACIDADE TÉCNICA E INSTITUCIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O município de Curuá dispõe de estrutura institucional voltada à gestão ambiental, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, além dos instrumentos de gestão previstos na legislação municipal, incluindo o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, constituindo base para apoiar o processo de criação e implementação da UC.

A implementação da UC deverá ocorrer de forma gradual, em consonância com as prioridades definidas pelo município, a disponibilidade de recursos e o fortalecimento das parcerias institucionais. Entre as principais medidas previstas para essa etapa destacam-se a elaboração do Plano de Manejo, a instituição do conselho gestor, o fortalecimento das ações de proteção e monitoramento ambiental, a estruturação do programa de educação ambiental e o fortalecimento de programas de pesquisa e monitoramento da biodiversidade.

A sustentabilidade financeira da UC poderá ser assegurada mediante a combinação de diferentes instrumentos, incluindo recursos do orçamento municipal, Fundo Municipal de Meio Ambiente, ICMS Ecológico, compensação ambiental, convênios, editais de fomento e parcerias com instituições públicas, universidades, organizações da sociedade civil e demais entidades com atuação na conservação da biodiversidade.

Diante desse cenário, a consolidação progressiva dos instrumentos de gestão, associada à continuidade das parcerias e ao fortalecimento da capacidade administrativa municipal, tende a ampliar a efetividade da UC e assegurar a proteção dos atributos ambientais que fundamentam a criação do Refúgio de Vida Silvestre Ilha do Meio.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reuniu informações ambientais, territoriais, fundiárias e socioeconômicas que permitiram caracterizar a Ilha do Meio e avaliar a aptidão para a criação de uma UC municipal. As análises integraram dados secundários, levantamentos cartográficos, informações institucionais e documentos técnicos produzidos pelo município e por instituições parceiras.

Os resultados confirmam a relevância da Ilha do Meio para a conservação da biodiversidade no contexto da planície de inundação do rio Amazonas, em especial pela importância para a reprodução de quelônios amazônicos e pela manutenção dos processos ecológicos associados aos ambientes de várzea e praias fluviais. Também foram identificadas condições favoráveis à criação da UC, incluindo a ausência de ocupação permanente, a compatibilidade da situação territorial com os objetivos da proposta e a existência de ações locais de conservação.

13 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Sena do Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 jul. 1934.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados: Curuá (PA). Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Bases cartográficas contínuas do Brasil: geomorfologia, pedologia e regiões fitoecológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira. Brasília: MMA, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Brasília: MMA, 2025.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. Geologia e Recursos Minerais do Estado do Pará. Belém: CPRM, 2006.

CURUÁ (PA). Lei Municipal nº 395, de 2023. Institui o Código Municipal de Meio Ambiente do Município de Curuá, Pará. Curuá: Prefeitura Municipal de Curuá, 2023.

CURUÁ (PA). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ficha Técnica – Proposta de Criação de Unidade de Conservação Municipal: Ilha do Meio. Curuá: SEMMA, 2026.

CURUÁ (PA). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Programa de Preservação das Tartarugas da Amazônia da Ilha do Meio: relatórios técnicos, registros de monitoramento e materiais institucionais. Curuá: SEMMA, 2021–2025.

CURUÁ (PA). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Projeto de Conservação da Tartaruga-da-Amazônia – Ilha do Meio, Curuá, Pará. Curuá: SEMMA, 2024.

MAPBIOMAS. Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil. Projeto MapBiomas, 2024.

MAPBIOMAS. Coleção de dados espaciais e ambientais do Brasil: uso e cobertura da terra, clima, relevo, pedologia e regiões fitoecológicas. São Paulo: Projeto MapBiomas, 2025.

SAPOPEMA. Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente. Relatório Técnico de Monitoramento de Quelônios da Ilha do Meio – Temporada Reprodutiva 2021–2022. Santarém, 2022.